

Gênero, memórias e história do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte - UFSC

Discussão sobre a abertura ou não de arquivos aos pesquisadores por parte dos governos, denúncias de documentos queimados em quartéis ou notícias de relatos de tortura encontrados em casas abandonadas, em sítios distantes, descobertas de ossadas nos campos do Araguaia, organização e luta por indenizações a presos políticos, famílias que continuam a lutar para saber de seus desaparecidos, solicitação de exames de DNA para identificar possíveis mortos em guerrilha, militares que resolvem contar suas versões para historiadores, criação de museus e memoriais sobre o período ditatorial, lançamentos abundantes de livros e memórias com novas revelações sobre o período pós-64 no Brasil. Esses foram alguns dos assuntos que estiveram presentes nas pautas de discussões da imprensa e de casas políticas de todo o País nos dois últimos anos. Para além de apontar para a necessidade de conhecer mais sobre os Anos de Chumbo, esses fatos revelam um intenso processo de disputa pela memória ou memórias do regime ditatorial brasileiro e da resistência empreendida contra ele na busca da abertura política¹.

No Ceará, as coisas não acontecem diferentemente. A luta pela abertura dos arquivos esquentou os debates na Assembléia Legislativa estadual após aprovação de projeto nesse sentido e posterior veto do governador do Estado. Os anistiados, em sua maioria ex-presos políticos, se mobilizam em associação para agilizar o reconhecimento e recebimento de indenizações perante a União e o Estado. Nesse percurso, a busca por documentos, processos, testemunhas e provas que atestem arbitrariedades, torturas, é intensificada e ajuda a compor um acervo que cresce a olhos vistos, mas que ainda carece de organização e análise. No ano passado, durante as comemorações dos 25 anos da Lei da Anistia, diversas manifestações, debates e homenagens a figuras que se destacaram na luta pela abertura foram feitos. Entre eles, os advogados de ex-presos políticos, jornalistas que desafiaram o regime, padres progressistas e as mulheres. Estas receberam placas comemorativas, flores, aplausos, mas é no teor dos discursos que encontramos as

representações e imagens mais significativas nessa construção das memórias do período. “Mães de todas nós”, dizia um; “solidárias, corajosas, carinhosas, protetoras, amigas”. Assim foram lembradas as mulheres que participaram do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará. As mesmas imagens que abundaram em matérias especiais em jornais.²

Homens e mulheres, no Brasil, nas décadas de 60 e 70, sofreram duplamente o processo de repressão, seja quando eram detidos ou quando viam seus filhos, maridos, irmãos, pais, desaparecer ou serem presos. Segundo Blay³, dentro da tradição patriarcal brasileira, a posição da mulher se define socialmente como a de guardiã da família. Mesmo subordinada ao homem, a sociedade lhe cobraria um comportamento social de defesa da família. Assim, quando em 1964 e, principalmente após 1968, famílias brasileiras começaram a perder seus membros, as mães, esposas, filhas começaram a se postar diante das autoridades no Poder, cobrando o paradeiro de seus familiares. Esse direito era legitimamente reconhecido pela sociedade.

Primeiramente lutando sozinhas, elas se valiam de qualquer pista para tentar localizar seus parentes, pressionando autoridades judiciais e policiais, investigando os casos por conta própria, como fez a estilista Zuzu Angel, mãe de Stuart Edgar Angel Jones, cujo filho morreu no Centro de Informações da Aeronáutica, em 1973, no Rio de Janeiro, mas não foi oficialmente dado como morto. Mesmo assim, empenhou-se em campanhas que denunciavam o Estado militar e a violência. Morreu em misterioso acidente automobilístico, pouco tempo depois de ter escrito carta em que se dizia ameaçada pela repressão. Várias outras mães que buscavam o paradeiro de seus filhos também foram ameaçadas e perseguidas pelos órgãos de repressão, como sinal contundente de que o pânico continuaria instalado e o medo perseguiria qualquer opositor.

À medida que se avolumavam as prisões e banimentos, as mulheres começaram a se comunicar em busca de uma solução coletiva. Em 1975, em pleno Governo Geisel, e estimuladas pelo lema do Ano Internacional da Mulher, organizado pela ONU – Igualdade, desenvolvimento e paz – cria-se em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA),

o primeiro movimento organizado, de contestação à ordem vigente, após 11 anos de regime de exceção.

O Movimento foi fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o Golpe Militar de 1964 e foi iniciado por um grupo reduzido de mulheres de classe média, profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA se difundiu por todo o país, criando vários núcleos e atingindo outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes que conseguiu agregar, mas à repercussão que provocou por ser um movimento de contestação numa época em que as manifestações eram estritamente proibidas.

O Movimento Feminino pela Anistia, no Ceará, foi o terceiro a ser criado no Brasil, através da iniciativa de familiares que entraram, por meio de carta, com Terezinha Zerbini, solicitando mais informações sobre a atuação do MFPA em São Paulo. Sua vinda ao Ceará, em maio de 1975, para palestra em colégio de Fortaleza, marca o início da atuação do MFPA que chegou a reunir em seus encontros semanais cerca de 50 pessoas, a partir daí não somente ligadas ao desejo de libertação dos familiares, mas pela solidariedade ou vontade de combater o regime ditatorial.

Para grande parte dessas mulheres, algumas esposas e outras mães de presos políticos, aquela era a primeira experiência política de que participavam ativamente, mesmo que muitas vezes não reconhecessem seus atos como de enfrentamento ao regime. É o caso, por exemplo, da professora Nílvea Amorim. Com 50 anos hoje, ela iniciou a luta contra a ditadura aos 18 anos quando se apaixonou por um preso político, condenado como terrorista. Do início de seu relacionamento até sua libertação em 1979, passaram-se nove anos. Seu ingresso no MFPA, segundo ela, não teve cunho “ideológico”, já que ela não tinha ligações com nenhum partido ou organização política. *“Eu tinha aquela idéia romântica. Achava que aquelas pessoas estavam lutando para que todo mundo tivesse dignidade, que era o que Cristo pensava”⁴.*

A própria presidente do MFPA, no Ceará, à época, professora Nildes Alencar, irmã do frei dominicano Tito de Alencar, que se suicidou na França em 1974, devido às seqüelas

de torturas, afirmou ter sido indicada por Terezinha Zerbini, e eleita presidente na época porque seu nome era considerado “neutro”. Ela não era também ligada a partidos políticos e nem ao movimento estudantil como o irmão falecido.

Para outras integrantes como a professora Raimunda Zélia Carvalho, ex-militante do PC do B, no entanto, o MFPA no Ceará tornou-se referência de luta no Brasil, justamente por ter extrapolado a questão da anistia aos presos políticos, desafiando o sistema ditatorial e ligando a luta das mulheres a outros movimentos sociais:

“Eu acho natural que você queira soltar seu esposo, seus filhos, e que por conta disso você comece a vislumbrar o que é a ditadura. Mas acho que muita gente ali nem percebia a questão do regime ditatorial. Eu tenho quase certeza disso. E o próprio processo do Movimento foi bom para ajudar a essas pessoas que entraram, cresceram. Teve gente que conseguiu perceber, teve gente que entrou sem ter nada disso e acabou entrando”⁵.

Os conflitos dentro do Movimento aconteceram desde o início de sua fundação, pois além do chamado grupo de familiares dos presos políticos, havia outro grupo formado por algumas mulheres com ligação a partidos políticos que viam a necessidade do MFPA ampliar sua atuação e direcionamentos políticos, lutando não somente pela libertação dos presos e pela volta dos banidos, mas pelo fim da ditadura e da opressão capitalista. Defendiam o enfrentamento ao regime de forma mais “audaciosa” e o apoio a outros movimentos sociais que começavam a se reorganizar na caminhada pela abertura política.

Enfrentando o medo da repressão e disputando internamente as formas de ação, as mulheres do MFPA iam forjando novas estratégias políticas para a denúncia das arbitrariedades do regime militar. Nesse caminhar, a constituição de rede de apoios formada por membros da Igreja progressista, familiares, intelectuais e políticos teve uma dimensão importante.

Vigílias em igrejas em solidariedade a greves de fome de presos políticos; atos públicos em praça com denúncias feitas em megafones; pichações, panfletagens em feiras

populares e nos finais de missa, visitas de casa em casa aos domingos para falar sobre anistia, organização de feiras de artesanato com material produzido pelos presos políticos; promoções de palestras e exposições de arte, visitas programadas ao presídio, comemoração de aniversário de presos e de seus filhos nos cárceres, promoção de torneios de futebol entre os presos, organização de banquetes para os presos em julgamentos que duravam até dois dias, denúncia da repressão aos presos em jornais alternativos, paralelos à participação das mulheres em congressos nacionais e regionais sobre a questão da anistia e viagens em busca de pistas que pudessem indicar o paradeiro dos desaparecidos eram algumas dessas formas de luta forjadas no cotidiano do Movimento.

A diferença de objetivos das participantes e a atribuição de valores a eles dentro do MFPA, no Ceará, é uma constante, hoje, nas falas das mulheres que integraram o Movimento entre os anos de 1975 e 1979 e explicitam uma disputa também pela memória do grupo. De um lado, a luta de mães, esposas e irmãs para libertar seus familiares é considerada mais “nobre” porque “desprovida de interesses políticos”. De outro, aquelas que acreditavam que “interesses pessoais” deveriam ser extrapolados na luta para mudar toda a sociedade. Politizadas x despolitizadas, familiares x pessoas com interesses políticos, corajosas x medrosas, ousadas e radicais x moderadas ou conservadoras são definições que pontuam as conversas sobre o Movimento com as mulheres.

Mas percebemos também, através das narrativas, indícios do quanto a participação no Movimento, independente do posicionamento político modificou suas vidas, alterando suas percepções sobre a política, a participação, relações de gênero. O MFPA, no Ceará, é considerado o embrião de movimentos sociais de bairro, operários, feministas, rurais. Até hoje, muitas de suas integrantes continuam atuando na militância em partidos políticos, sindicatos, grupos católicos, Federação de Bairros e Favelas, União das Mulheres Cearenses ou simplesmente admitem que suas experiências no MFPA proporcionaram mudanças na forma de encarar seus relacionamentos amorosos, suas profissões, seu estar no mundo.

Partindo do quadro histórico traçado, a pesquisa que agora desenvolvo no Programa de Pós-graduação em História da UFSC, em nível de doutorado, pretende analisar, através dos testemunhos de um grupo de mulheres que lutaram pela anistia ampla, geral e irrestrita, organizadas no MFPA, no Ceará, como elas se constituem como sujeitos históricos, a partir dos relatos de suas experiências. Segundo Scott⁶, é preciso dar conta dos processos históricos que, através dos discursos posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Experiências entendidas, aqui, não como origens de nossas explicações, não como evidências autorizadas por quem fala, mas como aquilo que se busca explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento – uma experiência historicizada.

A partir daí, penso ser possível compreender de que forma as diferentes identidades de gênero e a percepção do ser feminino dessas mulheres na relação com o outro interferem e ao mesmo tempo são modificadas pela experiência política – nova para muitas delas. A experiência política é entendida aqui não somente como prática de poder estatal ou governamental, mas como ação possível de ser exercida por sujeitos anônimos em seus cotidianos para a modificação de uma determinada situação. A utilização consciente ou inconsciente dos papéis de mães e esposas, de mulheres apaixonadas ou na defesa de seus filhos para burlar a repressão, é assumida por várias integrantes do Movimento.

Pretendo, ainda, nesse percurso, analisar as similaridades e descontinuidades no processo da memória de mulheres que participaram de uma experiência política similar. Qual a relação entre aspectos rememorados e as relações de gênero? Porque determinados pontos são lembrados em detrimento de outros?

Compreendo as memórias dessas mulheres, a exemplo de Pollak⁷ como memórias em disputa. Em primeiro lugar: disputa com uma memória militar sobre a ditadura e com a idéia de que a Lei da Anistia teria apagado o passado para um recomeço do zero; em segundo lugar, disputa com os autorizados a falar no campo da esquerda. Numa rápida consulta a jornais e nos trabalhos sobre o regime ditatorial não há muito espaço para a análise de experiências específicas das mulheres. Mesmo sobre o MFPA, ainda há militantes do período que afirmam que a organização do Movimento partiu de determinações

partidárias que enxergaram nas mulheres uma possibilidade de organização que passaria ilesa diante da truculência dos serviços de informação. Em terceiro lugar, memórias em disputa dentro do próprio Movimento, acerca de suas finalidades, seus papéis, suas formas de ação, sua significância.

A opção por abordar essas questões através da utilização das histórias orais de vida, além de uma necessidade metodológica imposta pela inexistência ou dificuldade de outras fontes, surge como método privilegiado para esse tipo de trabalho em que os papéis individuais estão em foco e onde a experiência dos indivíduos é o alvo principal das histórias. As histórias orais de vida oferecem a possibilidade de explorar mais a fundo aspectos da intimidade individual para descortinar práticas políticas permeadas por aspectos subjetivos sobre assuntos muitas vezes considerados privados. É Scott⁸ quem afirma que para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança.

Tendo em vista, ainda, como nos diz Nora⁹, que a memória do passado é trabalhada de forma a se adequar às necessidades e desejos atuais daquele que lembra, num movimento contínuo e dialeticamente relacionado e condicionado pelo pensamento histórico, será possível analisar, através das ações de lembrar e esquecer, como se vai construindo um sentido para sua identidade individual e de grupo, percebendo as articulações entre a história pessoal e a história social e política.

¹ Assim como Verena Alberti, penso que não é plausível falar de memórias subterrâneas no que concerne ao período pós-64 no Brasil, pois as memórias estão ainda em pleno processo de disputa e a ação de pesquisadores e narradores está inserida nesse processo. Ver ALBERTI, Verena. Ouvir contar – textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

² Algumas matérias foram publicadas na imprensa, em Fortaleza, enaltecendo o papel das mulheres na luta pela anistia e democratização do país. No Diário do Nordeste, em 28 de agosto de 2004, a matéria intitulou-se: “Participação das mulheres foi determinante”. No jornal O POVO, a matéria publicada em 10 de julho de 2004, intitulou-se: “As mulheres plantaram a semente da anistia”.

³ BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. In Encontros com a Civilização Brasileira – Mulher Hoje, n. 26, vol III, n.8. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

⁴ Entrevista realizada no dia 23/08/04. Arquivo pessoal

⁵ Entrevista realizada no dia 27/08/04. Arquivo pessoal.

⁶ SCOTT, Joan W. Experiência. IN: SILVA, Alcione Leite da e LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Falas de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

⁸ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991 (mimeo)

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. IN: Projeto História, n. 10, São Paulo. PUC-SP. Dezembro de 1993.